

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

s países o movime  
ideias marxistas,  
dominavam junto  
anos 30, já depois  
po da Frente Pop  
eçou a assumir m Marxismo

Os primeiros vestígios da presença do marxismo em Portugal datam da segunda metade do século XIX. Alfredo Margarido identifica uma primeira referência a Karl Marx no ano de 1852, autoria de um então estudante de Direito, de seu nome Oliveira Pinto (Margarido, *A Introdução do Marxismo em Portugal*, 1975, p.41) Todavia, entre final do século XIX e o primeiro terço do século XX, quando em outros países o movimento operário encontrava uma fonte privilegiada de inspiração nas ideias marxistas, em Portugal eram ideias de matriz republicana e/ou anarquista que predominavam junto dos principais movimentos sociais. Foi apenas a partir de meados dos anos 30, já depois da crise mundial de 1929 e da instauração do Estado Novo, e ao tempo da Frente Popular em França e da Guerra Civil de Espanha, que o marxismo começou a assumir maior relevância em Portugal, posicionando-se de modo ambivalente face aos legados do republicanismo e do anarquismo: ao mesmo tempo que encontramos entre os primeiros cultores do marxismo quem no passado emprestou a sua voz a causas republicanas e ou anarquistas, a ascensão do marxismo ocorreu por ruptura com as próprias culturas políticas republicana e anarquista, as quais vieram a ser, com frequência, explicitamente repudiadas pelos marxistas. Foram a dinâmica política do Partido Comunista Português (PCP) – após um processo de reorganização partidária desencadeado em inícios dos anos 40 – e a actividade cultural do movimento neo-realista – visível já em finais dos anos 30 – que definiram um lugar próprio para o marxismo na História de Portugal (Madeira, *Os Engenheiros de Almas*, 1996; Nunes, «Comunismo, antifascismo e intelectuais», 1996; Pereira, *Álvaro Cunhal*, 1999).

A dupla génese do marxismo em Portugal – filiado na esfera político-partidária, por um lado, e no campo cultural, por outro – marcou o seu percurso dos anos 40 em diante. A afirmação do marxismo deveu-se tanto a práticas de um conjunto de dirigentes, escritores e artistas cujo nome é frequentemente destacado quando rememorada a resistência à ditadura do Estado Novo, como a práticas de militantes anónimos cujas trajectórias educativas e laborais implicaram ou não actividade intelectual. Mais do que o nome de uma doutrina e teoria geral ou de um programa político-partidário específico, o marxismo designou, em Portugal, uma cultura ideológica no seio da qual alguns milhares de pessoas, desde finais dos anos 30, dedicaram-se à análise, representação ou transformação do existente estado de coisas.

Do marxismo enquanto cultura ideológica nutriram-se práticas discursivas que consubstanciaram tanto processos de individualização de natureza intelectual e/ou militante – processos de que o autor e o dirigente



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

são as figuras mais destacadas –, como processos de natureza colectiva. Entre estes últimos, e além do *Avante!*, órgão central do PCP, destacaram-se, ainda em final dos anos 30, iniciativas de natureza editorial, como os periódicos *O Diabo* e *Sol Nascente*, e, já a partir dos anos de 1940, a revista *Vértice*, sem mencionar outros títulos de âmbito regional ou local que, em vários casos, antecederam aqueles mais célebres periódicos (Trindade, *O espírito do diabo*, 2004; Pita, *Conflito e unidade no neo-realismo*, 2002; Andrade, *Utopia, intelectuais e comunismo*, 2010; Dias, *O «Vértice» de uma renovação cultural*, 2012). Todas estas publicações foram sujeitas à censura que vigorou até à queda do Estado Novo, a qual também condicionou vários encontros informais ou formais – proporcionados por palestras, conferências, colóquios e reuniões de natureza pública, semipública ou clandestina – durante os quais, ainda assim, o marxismo fez curso.

Entre os temas sujeitos à consideração dos marxistas, encontraram-se a matemática, a filosofia, a pintura, a agricultura, a ciência ou o desporto, bem como vários outros de que também fez parte a história, a cuja investigação e escrita se dedicaram uns quantos marxistas. A importância do estudo do passado para o marxismo pode ser assinalada a dois níveis. Em primeiro lugar, tal estudo participou da formação do marxismo enquanto tradição ideológica específica – isto é, tal como propuseram novos modos de prática política ou artística, os marxistas advogaram novos modos de praticar a actividade historiográfica, esta constituindo-se como um terreno de cultivo de uma forma marxista de ser sensível ao real e de, a partir dele, produzir sentido. Em segundo lugar, o estudo do passado pautou a intervenção política dos marxistas, na medida em que o conhecimento produzido pela historiografia marxista foi, por vezes, mobilizado para certificar a validade de certas apostas estratégicas e desautorizar outras.

O encontro entre marxismo e historiografia em Portugal tem merecido pouca atenção da parte dos actuais historiadores. Tal dever-se-á a várias circunstâncias, da menor relevância do marxismo no panorama político-ideológico e académico de hoje até à tendência generalizada entre historiadores para subtraírem a própria historiografia à análise e à crítica historiográfica. Existem, todavia, alguns contributos que devemos mencionar, desde a polémica – a um tempo memorialística e historiográfica – travada em início dos anos de 90 entre Jorge Borges de Macedo e Fernando Piteira Santos (*Jornal de Letras*, 21 de Julho de 1992, p.6) até investigações desenvolvidas no âmbito da História da História ou da História do Comunismo (Madeira, «Os novos remexedores da História», 2007; Neves, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal*, 2008). Tais contributos constituem o quadro bibliográfico que torna este mesmo texto possível.

## **Fases Históricas da Historiografia Marxista**

Procurando fazer a história da presença do marxismo na historiografia em Portugal entre meados dos anos 30 e 1974 (limite cronológico superior do presente dicionário), começo por balizar a emergência e consolidação da historiografia marxista reportando três fases de tal processo.

A primeira fase foi marcada pelo comprometimento com o marxismo de um grupo de historiadores que, maioritariamente formados na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em finais dos anos 30 e inícios dos anos 40, durante esta década participaram de iniciativas políticas levadas a cabo pelos



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

movimentos oposicionistas em geral e pelo PCP em particular, bem como de iniciativas culturais e científicas desenvolvidas na órbita da universidade e no meio editorial, de que é exemplo a Biblioteca Cosmos, dirigida por Bento de Jesus Caraça (Neves, «A Biblioteca Cosmos», 2006). De um ponto de vista institucional, esta primeira fase da historiografia marxista ganhou expressão – conquanto assaz fugaz – na Sociedade Portuguesa para a História da Civilização (SPHC). Iniciativa de Vitorino Magalhães Godinho em 1947, a SPHC reuniu o jovem Jorge Borges de Macedo, a quem Godinho confiava tarefas mais executivas, outros jovens historiadores que haviam sido alunos de Godinho, como Joaquim Barradas de Carvalho, e ainda historiadores como António José Saraiva, Armando Castro e Flausino Torres. Se bem que fosse a escola dos *Annales*, com quem Godinho já então mantinha relações de proximidade, a constituir-se referência central do projecto da SPHC, foi do conjunto de autores nesta reunidos que emergiram os primeiros trabalhos historiográficos que podemos designar como marxistas (Carvalho, *As invenções técnicas e a história económica*, 1944; Torres, *Religiões Primitivas*, 1944; Azevedo, *Condições Económicas da Revolução Portuguesa de 1820*, 1944; Saraiva, *Para a História da Cultura em Portugal*, 1946; Castro, *Introdução ao estudo da economia portuguesa*, 1947; Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal*, 1951). Refira-se, aliás, que, com excepção do próprio Magalhães Godinho, vários dos referidos membros da SPHC mantinham então relações de militância ou forte simpatia com o PCP.

A segunda fase de afirmação da historiografia marxista em Portugal teve início nos finais dos anos 50 e estendeu-se pelos anos 60, década em que surgiram trabalhos de novos autores. A proveniência destes novos autores era relativamente diversificada, ainda que todos igualmente mantivessem uma relação de simpatia e/ou militância com o PCP. Alguns faziam parte de um reduzido e efémero grupo de estudos históricos formado na prisão de Peniche, reunindo militantes e dirigentes do Partido. Desse grupo destacavam-se Álvaro Cunhal e António Borges Coelho, que entre os anos 50 e os anos 60 escreveram trabalhos em torno de 1383 (Coelho, *A Revolução de 1383*, 1965; Cunhal, *Les luttes de classe au Portugal à la fin du moyen âge*, 1967 [versões anteriores deste texto foram editadas em revistas marxistas francesas poucos anos antes]). E se a produção historiográfica de Cunhal por aqui se ficou, Borges Coelho iniciou então um extenso percurso, ao longo do qual se debruçou, entre outros, sobre temas como a presença árabe, a expansão portuguesa ou a Inquisição, para mais recentemente se dedicar à escrita, em vários volumes, de uma nova história de Portugal (Coelho, *História de Portugal*, 2010-2013).

À margem do Grupo de Peniche, mas igualmente publicando os seus primeiros trabalhos nos anos 60, Victor de Sá e José Manuel Tengarrinha destacaram-se, eles também, nesta segunda fase, nomeadamente devido aos seus contributos para a história do século XIX. Dando então à estampa as suas primeiras investigações (Tengarrinha, «Tradição e Revolução I – As Reformas Económicas de Mouzinho da Silveira», 1961; Sá, *Perspectivas do Século XIX*, 1964), veremos adiante que ofereceram ao leitor uma visão do século XIX diferenciada da que emanava dos historiadores marxistas dos anos 40, ao mesmo tempo estabelecendo os primeiros lineamentos de algumas áreas de estudo, como a história do movimento operário ou a história dos movimentos sociais, e realizando novas análises de certos objectos e práticas



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

culturais, como a imprensa ou a leitura (Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 1965; Tengarrinha, *A novela e o leitor português*, 1973).

Finalmente, uma terceira fase da historiografia marxista em Portugal teve início já na primeira metade dos anos 70, estendendo-se ao longo dessa mesma década. Apesar de grande parte dos trabalhos dos historiadores que participaram desta terceira fase ter sido publicada já depois de 1974, e de por isso não nos debruçarmos mais demoradamente sobre eles nesta ocasião, importa referir o seu aparecimento. É que, se alguns dos contributos destes novos historiadores vinham dar continuidade a preocupações que os precediam, em outros casos efectuava-se um corte com o passado do marxismo em Portugal. Este corte foi tanto mais visível quanto falamos de autores cujo percurso político foi sendo feito à distância do PCP – quando não deliberadamente contra – e em proximidade às correntes de extrema-esquerda que se desenvolveram no quadro de eclosão do conflito sino-soviético, da cisão de Francisco Martins Rodrigues com o PCP e da radicalização do movimento estudantil. Reivindicando uma leitura do marxismo que tomavam como mais pura ou conseqüente do que aquela que se autorizava na esfera do PCP, autores como César Oliveira, Manuel Villaverde Cabral, Fernando Medeiros ou José Pacheco Pereira, ainda que com referências político-ideológicas entre si divergentes, procuraram desenvolver uma historiografia particularmente dirigida ao estudo do movimento operário, na continuação dos trabalhos de Sá e de Tengarrinha, mas avançando já pelo estudo do século XX (Pereira, *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal*, 1971; Oliveira, *O operariado e a República Democrática*, 1972; Cabral, *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal*, 1976; Medeiros, *A sociedade e a economia nas origens do Salazarismo*, 1978). Focando especificamente o período que vai do final do século XIX ao estertor da Primeira República, como que partiram em busca de uma resposta para a queda desta última, a ausência de uma revolução social e a durabilidade do Estado Novo.

Em síntese, olhando para estas três fases em toda a sua extensão, dos jovens cuja aproximação ao marxismo se deu no quadro da II Guerra Mundial aos que o tornaram seu já depois do Maio de 68, três linhas de continuidade merecem desde logo ser sublinhadas. Em primeiro lugar, o principal da actividade historiográfica marxista desenvolveu-se à margem da universidade portuguesa, de que os historiadores marxistas estiveram quase sempre excluídos até ao 25 de Abril de 1974. Alguns trabalharam em universidades estrangeiras, em França, na Checoslováquia ou no Brasil, e dividiram o tempo dedicado à investigação com o que lhes era requerido por afazeres profissionais necessários à sua subsistência – no campo da tradução, do jornalismo ou da publicidade, mas também em ofícios sem função intelectual. Em segundo lugar, todos estes historiadores foram não só cientistas sociais que intervieram no campo historiográfico, mas também intelectuais que se fizeram ouvir no terreno político. A par do trabalho historiográfico, procuraram fazer a denúncia do regime então vigente em Portugal e do capitalismo enquanto sistema mundial, concedendo maior prioridade ora à crítica deste ora à crítica daquele e fazendo ainda a condenação do colonialismo português. Em terceiro lugar, foram os temas do político, do social e do económico que predominaram na investigação realizada ao longo das três fases estudadas, mesmo se é



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

certo que uma das obras portuguesas de inspiração marxista com maior repercussão se situou no domínio da cultura (Saraiva e Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 1954).

## **Eixos Problemáticos da História Marxista**

Tendo em conta o que distingue a historiografia marxista de outras tradições historiográficas, mas também a diversidade interna a toda e qualquer tradição historiográfica, organizaremos a nossa escrita sobre o curso da historiografia marxista em Portugal em torno de três eixos problemáticos: (1) a circunscrição nacional do espaço histórico (sob o lema da independência nacional e do patriotismo) e a inserção da história nacional numa dinâmica internacional (sob o lema do anti-imperialismo e do internacionalismo); (2) o apuramento de factores determinantes do processo histórico, numa busca pela causalidade que desembocou no apuramento de razões que seriam próprias, por um lado, à estrutura económico-social e, por outro, à acção política; (3) e, finalmente, a configuração desta acção política, a este respeito desenvolvendo-se tendências interpretativas de cariz mais vanguardista ou mais igualitário.

## **Independência Nacional e Anti-imperialismo**

No Portugal de final dos anos 30, os ainda poucos marxistas procuravam fazer a denúncia do que consideravam ser a excessiva atenção que, na contemporaneidade, era dedicada ao passado. Nesses anos em que a política cultural do Estado Novo investia de forma significativa no culto do passado, com as comemorações do duplo centenário e as exposições do mundo português, um jovem como Fernando Piteira Santos, ainda estudante na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e navegando já na órbita do PCP, saía a terreiro para criticar o que designava como «passadismo palavroso» (Santos, «Considerações acerca da vida pública e dos meus compatriotas», 1939). Críticas como esta eram tanto mais veementes quanto apoiadas no entendimento que vários jovens marxistas faziam da sua missão militante: ainda sob impulso da revolução de 1917, essa missão era assumida com o objectivo de fazer precipitar um futuro que supunham à medida dos seus ideais. De modo a que a humanidade mais rapidamente abraçasse esse amanhã, o passado surgia-lhes como um fardo de cujo peso haveria que libertar o presente.

A situação alterar-se-ia, porém, a partir dos anos 40. No decurso desta década, entre os marxistas, verifica-se não apenas uma maior entrega à investigação historiográfica, como também o crescimento de um interesse pelo passado em si mesmo, crescimento que não pode ser dissociado do processo de nacionalização do marxismo. Em contraste com as narrativas dominantes, a historiografia marxista quis entender o passado na sua universalidade e internacionalidade, mas simultaneamente promoveu a constituição de um novo nacionalismo, alternativo quer ao nacionalismo oficial, quer – embora com continuidades em nada despiciendas – ao nacionalismo característico de outros sectores opostos do regime, nomeadamente de inspiração republicana. Podemos mesmo falar da elaboração de uma visão marxista da História de Portugal, a que nem sequer faltaram os exercícios de síntese convencionados pela História Nacional (Torres, *Portugal – Uma Perspectiva da sua História*, 1974; Castro, *Lições de História de Portugal I*, 1982; Castro, *Lições de História de Portugal II*, 1982).

A passagem no marxismo de uma crítica da nacionalização do passado para a afirmação de um passado



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

nacional alternativo participou de uma viragem mais ampla, que teve lugar no quadro do movimento comunista e que levou intelectuais marxistas e dirigentes comunistas a procurarem apresentar-se como os melhores representantes da nação e do povo. As circunstâncias históricas desta passagem – desde o insucesso da revolução mundial na sequência de 1917 até ao ‘socialismo num só país’, à adopção de uma estratégia antifascista nos anos 30 e à nacionalização do anticolonialismo – são conhecidas, a sua expressão revestindo uma enorme amplitude temática, da literatura à economia e ao desporto, e abrangendo também a história (Mevius, *The Communist Quest for National Legitimacy in Europe 1918 - 1989*, 2011; Neves, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal*, 2008).

Em traços largos, acerca do conteúdo da visão alternativa do passado nacional que foi sendo construída pelos comunistas, podemos desde já dizer que nela assume função propulsora a tensão entre duas grandes forças processuais, que se terão digladiado ao longo de quase todo o passado português: de um lado, o processo de advento da modernidade, que terá o seu momento alto na revolução de 1383, embora pontuando também 1820 ou mesmo 1910; do outro, a persistência de uma contra-modernidade, ressurgida a partir de 1926, na sequência da Inquisição e de episódios como a perda de independência às mãos do domínio filipino em 1580.

O principal critério que preside a esta divisão de forças – que, não deixando de corresponder ao esquema dialéctico hegeliano e marxista, guarda também semelhanças com visões como as de António Sérgio ou Vitorino Magalhães Godinho – é de índole social. Com 1383 temos a alegada emergência histórica de grupos e classes sociais que, da burguesia aos rudimentos do proletariado urbano e rural, irão fazendo passar o facho do progresso de mão em mão, assim corporizando a modernidade, amanhã por vir. Por sua vez, a visão marxista identifica no passado nacional protagonistas nobiliárquicos, militares e religiosos cuja matriz reaccionária considera inspirar o próprio Estado Novo, tomando-os como baluartes da contra-modernidade. Todavia, o critério social de divisão articular-se-á igualmente com um critério de índole nacional, de tal modo que a modernidade surge, à luz marxista, como um desiderato que depende da afirmação nacional do país, ao passo que a contra-modernidade, sendo movida pelos interesses das classes possidentes, é indiciada pela perda da autonomia e independência nacionais às mãos de potências estrangeiras, do reino de Castela às multinacionais norte-americanas, passando pela dominação britânica.

É ainda articulando critérios de índole social e de índole nacional que os historiadores marxistas analisam o expansionismo e o colonialismo portugueses. Por um lado, fazem derivar as razões de ser do pioneirismo da expansão portuguesa das consequências sociais e culturais da revolução de 1383, nesta identificando o fundamento daquele que era considerado, por correntes historiográficas de distintas matizes político-ideológicas, o período dourado da História de Portugal. Por outro, imputam a razão de ser dos elementos de opressão colonial próprios do expansionismo aos efeitos negativos de um Portugal contra-moderno, que consideram tanto mais reaccionário quanto mais subjugado a interesses das modernas potências coloniais ocidentais. A historiografia marxista acabou, assim, por fazer veicular uma leitura do passado compaginável com as teorizações do imperialismo que se tornaram dominantes no seio do



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

movimento comunista e que acolhiam conciliatoriamente patriotismo e anti-imperialismo.

## **Modo de Produção e Luta de Classes**

A tensão entre modernidade e contra-modernidade, fundamental às visões marxistas do passado nacional, foi, porém, operacionalizada de forma diversa em cada investigação. Enquanto investigações de alguns historiadores se debruçaram preferencialmente sobre o século XIX, outras privilegiaram o estudo do século XIV. Enquanto alguns historiadores sobrepesaram os factores económico-sociais como determinantes do devir histórico, outros procuraram conferir autonomia aos domínios social ou até cultural e político. E enquanto em alguns trabalhos se conferiu maior centralidade às dinâmicas históricas globais, noutros colocaram-se em relevo as especificidades nacionais.

Nos trabalhos de Armando Castro, publicados desde os anos 40, o processo histórico tendeu a ser descrito como uma série de efeitos – ainda que não sem mediação – de grandes estruturas económico-sociais, que assim balizavam o campo de possibilidades da acção dos homens. Fórmulas conceptuais como *modo de produção*, e sua consideração à luz de uma leitura própria da história da divisão internacional do trabalho e da questão nacional, assumiram-se aí como instrumentos susceptíveis de desvelar os sentidos não evidentes do passado. Por exemplo, na sua visão do século XIX português – esse de que a universidade salazarista tomava distância (Pina, *A Quimera do Ouro*, 2003), Castro, por um lado, olhou às particularidades do desenvolvimento económico português (com ênfase para a atenção que reivindicava para a persistência do Antigo Regime), por outro, procurando tornar essas particularidades legíveis à luz das dinâmicas internacionais (Castro, *A dominação inglesa*, 1972), deu um primeiro contributo para uma História de Portugal sensível à questão do imperialismo.

Já nos trabalhos de Victor de Sá em torno do século XIX português, elaborados no contexto dos anos de 1960, foi menor a valorização das estruturas económico-sociais enquanto factor determinante do processo histórico. Em compensação, Sá tendeu a dedicar maior atenção às dinâmicas políticas associadas às movimentações sociais de grupos populares, interpeladas por fórmulas conceptuais como luta de classes. No caso de Sá, a atenção dirigiu-se em particular aos contextos urbanos, como resulta claro da leitura das suas páginas em torno do setembrismo, nas quais o sujeito político de algum modo se autonomizou – até por via de uma sua sensibilidade transnacional – do contexto nacional que o precederia (Sá, *A Revolução de Setembro*, 1969). Dos anos 60 em diante, José Manuel Tengarrinha preocupou-se também em analisar movimentos de âmbito rural, aqui cruzando a questão da luta de classes com os debates em torno da política popular (Tengarrinha, *Movimentos camponeses em Portugal na transição do Antigo Regime para a sociedade liberal*, 1981).

Assim, enquanto historiadores marxistas que iniciaram o seu percurso nos anos de 1940 – não por acaso, também, os mais próximos dos primeiros *Annales* – quiseram fazer das suas obras respostas exemplares aos limites da velha História Política, a qual tendia a ignorar os factores económico-sociais do processo histórico, historiadores como Sá e Tengarrinha, que começaram a sua actividade nos anos de 1960, procuraram já resgatar o político ao domínio institucional em que aquela velha História Política



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

tendera a circunscrevê-lo. Se trabalhos como os de Castro lutaram por inscrever a economia na agenda historiográfica, análises como as de Sá e Tengarrinha contribuíram para que a análise da política extravasasse o seu confinamento individualista e elitista.

Em outros casos, porém, é mais difícil situarmos os historiadores marxistas portugueses do lado da historiografia que concede maior importância ao peso da estrutura económica, ou, em alternativa, do lado da historiografia que descreve a autonomia da acção política em relação às suas próprias condições estruturais. É por exemplo o que se passa com a análise de Álvaro Cunhal em torno dos acontecimentos de 1383. Se tal análise se desenvolveu fazendo referência – à semelhança de um historiador como Armando Castro – à questão dos *modos de produção* dominantes em dada época histórica, com Cunhal a focar a questão da transição do feudalismo para o capitalismo; ela igualmente valorizou – e aqui à imagem de um historiador como Victor de Sá – a questão da *luta de classes*, dando conta de dissensões entre o que Cunhal designou por burguesia e «rudimentos do proletariado moderno».

## **Vanguardismo e Comum**

Finalmente, identificamos um terceiro eixo problemático em torno do qual a historiografia marxista portuguesa se desenvolveu. Já não se trata aqui de problemas relativos às determinantes estruturais e à autonomia da acção, mas de questões relativas à forma desta mesma acção. Vemos estas questões ganharem particular acuidade em trabalhos de historiadores como António Borges Coelho, cujos primeiros estudos são produzidos nas prisões em que o regime o manteve entre os anos 50 e o início dos anos 60. É especialmente relevante, a este respeito, a importância atribuída à questão dos concelhos (Coelho, *Comunas ou Concelhos*, 1971). Para Borges Coelho, estes não foram simples concessões do poder real, mas realidades históricas construídas – e se podemos importar a expressão para o caso português – “a partir de baixo”. Em Borges Coelho, os concelhos surgem enquanto realidades historicamente poderosas mesmo se confinadas comunitariamente, o seu poder residindo na sua capacidade indiciária e na sua espectralidade, da sua experiência ressaltando a possibilidade de «outros parâmetros de vida colectiva». Na hora de tentar compreender a emergência do Portugal moderno que teria aflorado espectacularmente em 1383, diz-nos o historiador que os efeitos históricos dos concelhos não devem ser menosprezados.

A sensibilidade de Borges Coelho à possibilidade de novos tipos de relações de poder contrapunha-se a uma outra sensibilidade, que melhor se encontra nos textos de outros historiadores marxistas e que podemos classificar como vanguardista. De acordo com esta sensibilidade vanguardista, o poder político “a partir de baixo” seria condição necessária mas nunca suficiente da transformação histórica. No que Álvaro Cunhal escreveu sobre as lutas de classes em fins da Idade Média, o lugar das classes trabalhadoras era determinante, mas, em última instância, era também sempre determinado por outrem, nomeadamente o herói burguês que tanto liderou como traiu aquelas mesmas classes trabalhadoras. Sob o lema da traição (na figura de um Miguel de Vasconcelos), da ambiguidade (na figura de um D. Nuno Álvares Pereira) ou da ausência (na denúncia por Victor de Sá da inexistência de liderança da classe operária, a propósito da história do setembrismo), houve na historiografia marxista, a despeito das concepções de poder veiculadas





# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

pela análise de Borges Coelho ao movimento concelhio, uma concepção vanguardista da mudança histórica.

Neste contraste entre sensibilidades mais igualitárias e mais vanguardistas, estão em causa diferentes modos de entender a emancipação. Enquanto uma sensibilidade igualitária se mostra devedora de um entendimento do processo emancipatório enquanto exercício de autonomia, a sensibilidade vanguardista mostra abertura para pensar o lugar da heteronomia nesse mesmo processo, em conformidade com uma visão teleológica do devir histórico, de acordo com a qual a classe (mas poderia também escrever-se a nação) se encontra numa condição de “atraso” de que só poderá libertar-se orientada por um elemento “vindo de fora”.

Do ponto de vista marxista-leninista, que se tornou a forma dominante do marxismo no século XX, este elemento assume preferencialmente a forma do Partido Comunista, mas vale a pena sublinhar que a concepção vanguardista da política está longe de ser um exclusivo da cultura política marxista-leninista ou, sequer, da tradição marxista. É essa concepção que podemos encontrar, ainda que em termos diversos, na reflexão historiográfica de vários liberais e republicanos que discutiram o caso histórico da burguesia e problematizaram o que designaram como o “atraso” português.

## **O Marxismo além dos Marxistas**

Julgo ter resultado claro que o facto de estarmos perante uma tradição com nome próprio – o marxismo – não significa que estejamos face a uma realidade homogénea. Na verdade, falamos de historiografia marxista em Portugal também na medida em que falamos de uma tradição plural. A esta falta de homogeneidade interna da historiografia marxista em Portugal acresce, ainda, o facto de o marxismo ter estado disponível ao uso de historiadores que não reivindicaram uma simpatia ou identidade marxista. Se nos historiadores marxistas de que até aqui falámos é possível identificar a presença de elementos que eram já presença em investigações historiográficas de inspiração republicana, deve também ser sublinhado que, nas últimas décadas do século XX, a presença do marxismo na historiografia portuguesa se fez sentir além daqueles que mais frequentemente são classificados como marxistas. Os percursos intelectuais de historiadores como Miriam Halpern Pereira e António M. Hespanha não podem ser compreendidos sem atendermos à sua relação, a um tempo cúmplice e crítica, com o marxismo – no caso de Pereira, interpelando o marxismo a partir da tradição dos *Annales* e da História Social, no caso de Hespanha mobilizando contributos como os de Michel Foucault tendo em vista uma renovação da História do Direito e da História do Estado (Pereira, *Livre-câmbio e desenvolvimento económico*, 1971; Hespanha, *As Vésperas do Leviathan*, 1986). O mesmo, embora aqui seja possível falar de uma filiação deliberada do autor no campo do marxismo, pode ser dito a respeito da leitura a que Fernando Rosas submeteu o período do Estado Novo, na qual vemos cruzarem-se os temas do modo de produção e da luta de classes e um entendimento fundamentalmente político – com ressonância jacobina – do papel do Estado enquanto regime (Rosas, *O Estado Novo nos anos trinta*, 1986).

Enfim, e correndo o risco de subordinar ao império do marxismo quem a ele não pertence, termino



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

sublinhando que as tradições ideológicas não raras vezes excedem os limites que lhes tendem a ser impostos em sede de doutrinação. Aliás, em jeito de consideração final, dir-se-ia que o anátema hoje tantas vezes recaído sobre o historiador marxista – o de que ele, por razão de uma sua predeterminação ideológica, será hostil à verdade científica – assenta numa ideia de contradição entre ideologia e ciência que foi e é não raras vezes alimentada por sectores do próprio marxismo...

**Bibliografia activa:** AZEVEDO, Julião Soares, *Condições Económicas da Revolução Portuguesa de 1820*, Lisboa, Empresa Contemporânea de Edições, 1944; CABRAL, Manuel Villaverde, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal, séculos XIX e XX*, Lisboa, Regra do Jogo, 1976; CARVALHO, Joaquim Barradas de, *As invenções técnicas e a história económica: alguns aspectos*, Lisboa, Empresa Contemporânea de Edições, 1944; CASTRO, Armando, *Introdução ao estudo da economia portuguesa – fim do século XVIII a princípios do século XX*, Lisboa, Biblioteca Cosmos, 1947; IDEM, *A dominação inglesa em Portugal*, Porto, Cucujães, 1972; IDEM, *Lições de História de Portugal 1*, Lisboa, Caminho, 1982; IDEM, *Lições de História de Portugal 2*, Lisboa, Caminho, 1982; COELHO, António Borges, *A Revolução de 1383*, Lisboa, Portugália, 1965; IDEM, *Comunas ou Concelhos*, Lisboa, Prelo, 1971; IDEM, *História de Portugal*, 3 vols., Lisboa, Caminho, 2010-2013; CUNHAL, Álvaro, *Les luttes de classe au Portugal à la fin du moyen âge*, Paris, Centre d'Études et Recherches marxistes, 1967; DIAS, Augusto Costa, *Literatura e Luta de Classes – Soeiro Pereira Gomes*, Lisboa, Estampa, 1975; HESPANHA, António, *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político. Portugal – século XVII*, Lisboa, A. M. Hespanha, 1986; MACEDO, Jorge Borges de, *A Situação Económica no Tempo de Pombal – Alguns Aspectos*, Porto, Livraria Portugália, 1951; MEDEIROS, Fernando, *A sociedade e a economia nas origens do salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978; OLIVEIRA, César, *O operariado e a República Democrática*, Porto, Afrontamento, 1972; PEREIRA, José Pacheco, *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: a greve de Novembro de 1918*, Porto, Portucalense Editora, 1971; PEREIRA, Miriam Halpern, *Livre-câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos, 1971; ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos anos trinta: elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo (1928-1938)*, Lisboa, Estampa, 1986; SÁ, Victor de, *Perspectivas do Século XIX*, Lisboa, Portugália, 1964; IDEM, *A Revolução de Setembro de 1836*, Lisboa, Dom Quixote, 1969; SANTOS, Fernando Piteira, «Considerações acerca da vida pública e dos meus compatriotas», em *O Diabo*, n.º 244, 27-5-1939, p. 1; SARAIVA, António José, e LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, S.I., s.n., 1954; SARAIVA, António José, *Para a História da Cultura em Portugal*, Lisboa, Centro Bibliográfico, 1946; TENGARRINHA, José Manuel, «Tradição e Revolução I – As Reformas Económicas de Mouzinho da Silveira», em *Seara Nova*, n.º 1389-90, 1961, pp. 140-2; IDEM, «Tradição e Revolução II – A Reforma Administrativa de Mouzinho da Silveira», em *Seara Nova*, n.º 1391-92, pp. 201-4; IDEM, *História da imprensa periódica portuguesa*, Lisboa, Portugália, 1965; IDEM, *A novela e o leitor português*, Lisboa, Prelo, 1973; IDEM, *Movimentos camponeses em Portugal na transição do Antigo Regime para a sociedade liberal*, Lisboa, Centro de Estudos de História

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Contemporânea Portuguesa, 1981; TORRES, Flausino, *Religiões Primitivas*, Lisboa, Biblioteca Cosmos / Edições Cosmos, 1944; IDEM, Portugal – Uma Perspectiva da sua História, Porto, Afrontamento, 1974 [1970].

**Bibliografia passiva:** ANDRADE, Luís, *Utopia, intelectuais e comunismo. A inscrição do marxismo na cultura portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010; DIAS, Luís Augusto Costa, *O «Vértice» de uma renovação cultural. Imprensa periódica na formação do neo-realismo (1930-1945)*, Coimbra, 2012. Tese de doutoramento; MADEIRA, João, *Os Engenheiros de Almas – O Partido Comunista e os Intelectuais (dos anos 30 a inícios de 60)*, Lisboa, Estampa, 1996; MADEIRA, João, «Os novos remexedores da História». AAVV, *Batalha pelo Conteúdo*, Vila Franca de Xira, Museu do Neo-Realismo, 2007, pp.304-331; MARGARIDO, Alfredo, *A Introdução do Marxismo em Portugal 1850-1930*, Lisboa, Guimarães, 1975; MEVIUS, Martin (org.), *The Communist Quest for National Legitimacy in Europe, 1918 – 1989*, London, Routledge, 2011; NEVES, José, «A Biblioteca Cosmos», CURTO, Diogo Ramada (org.), *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2006, pp.823-889; IDEM, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal – Política, Cultura e História no Século XX*, Lisboa, Tinta-da-China, 2008; NUNES, João Arsénio, «Comunismo, Antifascismo e Intelectuais nos Anos Trinta», em *Encontros Neo Realismo*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Vila Franca de Xira, 1999, pp. 83-95; PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política. «Daniel» – O Jovem Revolucionário (1913-1941)*, Lisboa, Temas e Debates, 1999; PINA, Ana Maria, *A Quimera do Ouro – os Intelectuais Portugueses e o Liberalismo*, Oeiras, Celta Editora, 2003; PITA, António Pedro, *Conflito e unidade no neo-realismo português: arqueologia de uma problemática*, Lisboa, Campo das Letras, 2002; TRINDADE, Luís, *O Espírito do Diabo – Discursos e Posições Intelectuais no Semanário O Diabo, 1934-1940*, Porto, Campo das Letras, 2004.

José Neves



APOIOS:

